

MÓDULO 3

AULA 02 - PASSO 6: FORTALECER A CAPACIDADE INSTITUCIONAL PARA A RESILIÊNCIA



Definição do passo

O passo 6, intitulado *fortalecer a capacidade institucional para a resiliência*, propõe que todas as instituições relevantes para a resiliência de uma cidade tenham as capacidades que precisam para desempenhar seus papéis.

A CCCR, instituída pela UNISDR (2017), sugere como cada passo pode ser implantado na cidade, quais os atores envolvidos e os dados necessários para a efetivação das ações propostas. Essas informações serão detalhadas logo abaixo.

Como colocar esse passo em prática?

- Designar as funções e responsabilidades institucionais conforme as legislações aplicáveis na cidade que permeiam a RRD;
- Reforçar as instituições que trabalham com ações relacionadas à resiliência;
- Entender a capacidade institucional para contribuir na construção da resiliência;
- Desenvolver um quadro de informações compartilhadas e aberto sobre resiliência;
- Definir nos planos de RRD, as qualidades, competências e capacidades de recursos dos atores relevantes nesse processo;
- Desenvolver ou aprimorar os mecanismos já existentes de comunicação que promovam transparência e responsabilidade em todos os setores;
- Certificar-se que os cidadãos podem se comunicar com quem é responsável pelo atendimento quando da ocorrência de um desastre;
- Certificar-se que os cidadãos possuem um canal de contato com a coordenação da campanha ou com os órgãos setoriais afetos antes, durante e após a ocorrência de desastres;
- Detectar quais os potenciais participantes e promover a mobilização e organização do setor privado, que precisa possuir representatividade e poder de decisão ou de influenciar as decisões no município por meio do programa;
- Assegurar que as partes interessadas na RRD trabalhem em conjunto com o setor privado;
- Assegurar que as partes interessadas na RRD trabalhem em conjunto com a sociedade civil

Atores relevantes

- Departamentos das autoridades locais, municipais, nacionais. Por exemplo: profissionais relacionados com o gerenciamento de desastres, a educação, o planejamento, o setor privado, especialmente, os provedores de serviços públicos, instalações industriais e donos de edifícios;
- Outros atores com experiência em resiliência da cidade. Por exemplo: as ONGs, as organizações da sociedade civil, conselhos comunitários de segurança, voluntários, organizações religiosas, bem como, instituições culturais e organizações de trabalhadores.

Dados requeridos

- Funções e responsabilidades dos atores relevantes;
- Organograma dos atores relevantes;
- Programas de formação, lista de cursos, registros de formação, programas escolares e universitários;
- Dados de pesquisas e estudos de mercado sobre a efetividade dos programas de formação;
- Verificação dos sistemas e processos de coordenação e comunicação entre os atores apropriados.



Exemplos

Um dos exemplos mais notáveis a nível nacional é o Departamento de Proteção e Defesa Civil de Campinas, que desenvolve, entre outras atividades, ações relacionadas ao passo 6: implantação, em articulação com o Estado e União, de ações conjuntas dos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil (SIMDEC); promoção, em articulação com outros municípios e a Coordenadoria Regional de Defesa Civil, de Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC); criação de órgãos colegiados que tratam da execução de medidas relacionadas à proteção da população - preventivas e em caso de desastres - conforme estabelecidas no Código de Desastres, Ameaças e Riscos e realização de intercâmbio técnico entre organismos governamentais e a defesa civil (CAMPINAS, 2017).

Um exemplo a nível internacional é o município de Bugaba, no Panamá, que realizou uma oficina com a finalidade de interligar a Lei de Descentralização do Panamá com os dez passos da campanha. Essa oficina foi marcada pela presença de

consultores jurídicos de vários municípios do país, representantes de juízes, instituições governamentais e membros da Associação de Municípios do Panamá. O destaque foi para a metodologia, a qual contou com apresentações e mesas redondas em que os participantes debateram os instrumentos jurídicos e sua relação com a CCCR. Através dessa medida foi possível verificar o que pode ser melhorado e corrigido, bem como o que deve ser implantado para aumentar a resiliência no país (UNISDR, 2017).

IMPORTANTE: Há alguns anos, no Brasil, havia a previsão para que fosse elaborado o Plano Diretor de Defesa Civil – PDDC, o qual deveria ser o instrumento de gestão dos municípios no tocante às ações de proteção e defesa civil (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação). Poucos municípios o elaboraram e, com isso, aqueles que não o fizeram perderam grande oportunidade para organizar seu crescimento e priorizar as ações para a RRD na cidade.

Agora, após a edição da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), o planejamento no nível municipal – onde as coisas acontecem – ficou restrito ao plano para obras preventivas e ao plano de contingência, os quais são componentes importantes, que, entretanto não podem sintetizar todas as ações que envolvem o ciclo de gestão de riscos e de desastres.

Uma das alternativas seria aproveitar a oportunidade para a elaboração do Plano Municipal de Resiliência, não como produto elaborado exclusivamente pela defesa civil, mas fruto de um planejamento integrado entre as principais instituições que precisam trabalhar juntas. Essa é uma grande oportunidade!

REFERÊNCIAS

UNISDR. **How to make cities more resilient a handbook for local government leaders**, Geneva, 2017.

CAMPINAS. **Defesa Civil de Campinas - Ligue 199**. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seguranca-publica/defesa-civil/>>. Acesso em: 9 ago 2017.